A Nova Política Externa Sul-Africana
e suas Implicações para os Países Lusófonos da África Austral*

*Eli Alves Penha**

RESUMO

O objetivo deste texto é o de apresentar e discutir os problemas e contradições presentes na condução da política externa sul-africana para a região da África Austral, destacando suas implicações junto a Angola e Moçambique, tidos como dois casos específicos de relacionamento regional. As considerações serão, contudo, bem gerais; os processos políticos internos mais específicos destes países não serão aqui discutidos.

PALAVRAS-CHAVE:

Política Externa, Geopolítica da África Austral, Lusofonia.

AS LINHAS MESTRAS DA NOVA POLÍTICA EXTERNA SUL-AFRICANA

O fim do regime do *apartheid* e a eleição de Nelson Mandela, do Congresso Nacional Africano (CNA), para a Presidência da África do Sul, assinala uma nova fase nas relações internacionais do país até então submetido a um relativo isolamento exterior. O novo governo, através de seu Ministro Alfred Nzo e assessor da pasta ministerial Aziz Pahad, tem se incubido de estreitar laços com diversos organismos multilaterais e estabelecer relações diplomáticas com países que apoiaram o movimento democrático do CNA durante o seu período de exílio (DFA,1995).

Os princípios da nova política externa apresentada por Nelson Mandela, ainda como candidato às eleições em 1993, teriam como metas a consolidação da democracia interna e regional; o respeito incondicional às leis internacionais, a garantia da paz através da contenção da fabricação e venda de armamentos, promoção do desenvolvimento econômico regional e a cooperação internacional. A África do Sul, pela sua peculiar posição geográfica teria ainda importante papel a desempenhar no diálogo Norte-Sul; por isso defende uma maior participação do país nos órgãos multilaterais, em especial no Conselho de Segurança das Nações Unidas onde a África do Sul aspira a uma vaga de membro permanente.

Mas a nova África do Sul, na concepção de Nelson Mandela, é sobretudo um país africano, defendendo, portanto, uma priorização da política externa em direção à África, através da maior participação do país em organismos como a Organização da Unidade Africana e cooperação econômica com a África Austral. Nesta região, o interesse seria também de mudar a imagem do país junto aos seus vizinhos. Por isso, a adesão do país a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – SADC – era essencial, o que viria a ocorrer em 1994.

Estas formas de inserção internacional do país, contudo, tem sido alvo de intensos debates entre os analistas e *policy makers* sul-africanos, expondo as contradições entre "pensamento" e

"ação" do Governo da União Nacional[1] na condução da Política externa do país.

Um destes analistas, Roger Southall, argumenta que as primeiras iniciativas até agora não atenderam as expectativas criadas expondo, de um lado, as fragilidades de Mandela em se projetar como líder em assuntos internacionais, e de outro, a relutância do Departamento de Negócios Exteriores (DFA) em se reestruturar. Segundo ele, alguns fatos exprimem essas contradições: suprimento de armas para conflitos civis em Angola, Iemen, Croácia e Ruanda; compra de quatro corvetas para a Marinha Sul-Africana de uma companhia inglesa envolvida em suprimento ilegal de armas para países não-democráticos; fabricação de armas no país, sob licença desta mesma companhia, destinadas à exportação para regiões como o Oriente Médio, etc. Do ponto de vista diplomático, o reatamento de relações com o regime de Suharto da Indonésia, em função de doações financeiras ao CNA antes das eleições; e a pressão dos Estados Unidos para que a África do Sul renove o Tratado de Não Proliferação Nuclear em troca de empréstimos financeiros do Fundo Monetário Internacional (FMI), demonstra na opinião de Southall, que a política externa do país esta como que posta "à venda".

Um outro analista, PETER VALE (1995), também vê uma disjunção entre pensamento e prática na condução da política externa sul-africana. O retorno do país à comunidade internacional, com o estabelecimento de relações com 163 países, 86 tratados bilaterais e 21 multilaterais, não tem sido conduzido de forma coerente, pois, segundo PETER VALE (1995), decididamente a nova política externa parece a velha. Uma das razões estaria no próprio estamento burocrático do Departamento de Negócios Exteriores, o DFA, que não tem sido eficiente nas negociações multilaterais. Durante o regime do *apartheid*, o DFA estava extremamente subordinado ao Ministro Pik Botha e ao órgão de Defesa Nacional Sul-Africana tendo pouco prestígio na condução da política exterior, ao contrário do CNA que foi bastante ativo nos fóruns internacionais reconhecidos pela ONU, OUA e o grupo do Não-Alinhados. Os quadros humanos do CNA, contudo, foram excluídos da DFA, apesar de sua experiência internacional. Isso comprova, segundo Vale, ainda um certo "elitismo branco" presente na instituição.

Por sua vez, a intenção de Mandela em priorizar a Comunidade da África Austral esbarra igualmente em uma série de problemas e contradições que vêm criando embaraços na condução da política externa para a região. Estas dificuldades relacionam-se a aspectos estratégicos e econômicos.

A Geopolítica Regional Sul-Africana

Com 1.221.073 km² o território sul-africano caracteriza-se por uma relativa diversidade geográfica e pela ausência de rupturas fisiográficas com o resto do subcontinente, o que lhe garante acesso terrestre sem grandes dificuldades, com os países da região. Como características principais do quadro natural do país, mencionam-se os vales do rio Limpopo (1.600 km de extensão) na fronteira com o Zimbabwe ao norte; de Orange (1.860km); e do Vaal (1.200km). Ao norte da Província do Cabo Ocidental, a formação estépica denominada de "Karoo" encontra-se com o deserto do Kalahari entre a Namíbia e Botswana. Em termos orográficos, destaca-se a cadeia de montanhas "Drakensberg" que se eleva em forma semicircular de Maputo ao nordeste, até Port Elizabeth, ao sudoeste. Situada ao sul do trópico de Capricórnio, a África do Sul possui um clima do tipo mediterrâneo, conjugados os efeitos da latitude e de altitude. Mais ensolarada, a Província de Natal, na costa oriental do país, está em parte situada na zona tropical úmida, beneficiada pelas correntes quentes do Oceano Índico (CASTRO, 1981, p. 30).

O território sul-africano caracteriza-se, sobretudo, pelas imensas reservas de recursos naturais; no seu subsolo encontram-se 50% das re-

servas mundiais de ouro, 25% de diamantes, 69% de platina, 82% de manganês, entre outros minerais. Pela diversidade de suas reservas, o país não é vulnerável às constantes flutuações dos preços dos minérios, ao contrário do que ocorre com os outros países da região, cujas economias concentram-se exclusivamente em um deles. Apesar de ser bem provida em minerais, a África do Sul defronta-se com desafios relacionados aos recursos hídricos. Devido às dificuldades em assegurar, a longo prazo, o abastecimento de água e geração de energia hidráulica para o país, o governo sul-africano é obrigado a recorrer a estes recursos nos países vizinhos, onde tem implantado complexos hidrelétricos nos vales do Zambeze e Limpopo. A construção de barragens e usinas ao longo destes rios permite a utilização de vastas áreas destinadas à produção de alimentos, graças às técnicas modernas de irrigação introduzidas pela África do Sul e, ao mesmo tempo, à utilização de imensa quantidade de energia hidrelétrica, utilizada também pelos países da região (BUTTS e THOMAS, 1986, p. 17-20).

Para superar o problema de abastecimento hidrelétrico, o país iniciou, a partir de 1960, um programa de desenvolvimento da energia atômica beneficiando-se das imensas reservas de urânio que possui e que o faria ocupar o terceiro lugar na produção mundial (cerca de 6.146 t. em 1980). O programa nuclear sul-africano desenvolveu-se graças ao plano "Átomo para a Paz" proposto pelo presidente Einsenhower em 1953, o qual previa que a tecnologia nuclear poderia ser compartilhada pelos países amigos dos Estados Unidos. Assim, um primeiro reator de pesquisa de 20 MW foi adquirido dos EUA e instalado em Pelindaba, próximo à Johannesburg. Em 1974 foi construído em Koeberg, na Província do Cabo Ocidental, uma central elétrica nuclear mais potente, equipada com dois reatores de 900 MW que produziam, em 1992, 6% do consumo elétrico do país. Paralelamente, o órgão encarregado da pesquisa atômica sul-africana, decidiu pela construção, em 1975, de uma usina piloto de enriquecimento de urânio nas proximidades de Johannesburg, com tecnologia alemã e francesa (VIAUD, 1983, p. 84)[2].

Com um território rico em recursos naturais e uma posição geográfica privilegiada, a África do Sul tem sido freqüentemente exortada a cumprir a missão de desencadear o processo de desenvolvimento na região da África Austral, através de projetos de cooperação econômica e de segurança, os quais seriam institucionalizados com a adesão do país à SADC. De fato, desde o seu ingresso neste organismo em 1994, seguiu-se uma série de compromissos governamentais voltados para a liberalização progressiva de mercadorias e pessoas, além de medidas para a prevenção de conflitos na região. A recente criação do corredor de exportação Johannesburg-Maputo também se insere dentro destas premissas de fortalecimento dos laços regionais. Ao mesmo tempo, o governo sul-africano procura exaltar as potencialidades do país e o nível de infra-estrutura, suficientemente denso para receber investimentos externos e canalizá-los para benefício de toda a região.

Este papel de locomotiva regional, que caberia à África do Sul, tem sido um tema recorrente na política externa sul-africana vinculado a um pensamento estratégico que vê na região o meio do país afirmar o seu poderio internacional e, portanto, obter barganhas políticas e econômicas junto aos organismos internacionais. Segundo os analistas, as interações existentes entre a África do Sul e os países vizinhos criaram uma interdependência perversa na qual o país passou a se constituir em pólo de gravitação do desenvolvimento regional.

Herdeiras do sonho imperial inglês de uma África Unida desde a Cidade do Cabo até o Cairo, no Egito, as elites sul-africanas procuraram projetar o poderio do país além de suas fronteiras e onde a África Austral era visualizada como área de sua influência preferencial. A expansão da influência sul-africana na região verificou-se,

sobretudo, através da instalação da infra-estrutura ferroviária e portuária tendo historicamente, como vetor inicial de expansão, a Cidade do Cabo (1859) e, posteriormente, as atividades mineradoras do Transvaal (1892) em conexões com os portos de Durban(1893), Port Elizabeth(1893) e Lourenço Marques (1894), atual Maputo. Excetuando Angola, todos os outros países da região mantêm vínculos estruturais de ligação com a África do Sul, dependendo das redes de estradas e portos sul-africanos[3]. Os serviços de transportes Transnet com 24 mil km operam mais da metade da rede regional de estradas de ferro, perfazendo 25% do total do continente que é de 93 mil km. Controla ainda os fluxos de importação e exportação, através de seu sistema portuário, e fornece às companhias de transportes dos países da região equipamentos como máquinas locomotivas e vagões de trem. Além disso, a indústria sul-africana oferece empregos diretos a cerca de 1,2 milhão de trabalhadores dos países limítrofes e os capitais sul-africanos atuam em toda a região, principalmente na prospeção e comercialização de minérios e na geração de energia.

A África do Sul, por sua vez, procurou se valer desta interdependência assimétrica, perseguindo uma estratégia cuja meta foi a de manter a dependência dos países da região a sua economia e infra-estrutura. A natureza desta relação atribuiu ao país imensos poderes que se refletem nas políticas externas dos países vizinhos (CARDOSO, 1993-94, p. 122-26). Qualquer movimento em oposição a este status quo regional era respondido com represálias como o corte de fornecimento de energia elétrica, alimentos e equipamentos indústrias, e também ataques diretos a alvos produtivos.

A percepção estratégica da África do Sul embasava-se na premissa de que seus vizinhos e os negros do país eram inferiores e, pior, manipulados por forças externas (BOOTH e VALE, 1995, p. 291). O isolamento do país junto à comunidade internacional impeliu o governo a repensar a questão de sua vulnerabilidade, levando a idéia de ter que se confrontar com um *total onslaught* (ataque total). Para fazer frente à questão da segurança do regime, as lideranças sul-africanas elaboraram a ideologia branca da "estratégia total", reforçada com a independência de Angola e Moçambique. Os objetivos desta estratégia eram mobilizar a sociedade para resguardar os interesses da África do Sul branca e, junto aos aliados, mostrar que o status de pátria era resultado, não de sua Política racista, mas de uma ofensiva comunista. A cooptação de setores científicos e culturais, a manipulação da imprensa para criar um clima de sítio, a preparação cívica da juventude, desfiles militares, etc; conduziram o sul-africano médio a um clima emocional voltado para a "estratégia total" (MILLS, 1994, p. 180-1).

Como parte desta estratégia, é igualmente relevante mencionar a construção de armamentos nucleares justificados pelo governo sul-africano como importantes para a defesa nacional do país face à ameaça soviética na região. Esta "santuarização defensiva" visava igualmente a se proteger contra as ameaças dos países de "linha de frente" reforçada com a presença de tropas cubanas em Angola e Moçambique. Por conseguinte, alguns observadores políticos passaram a insinuar que a África do Sul teria, na verdade, adotado uma estratégia de "santuarização ofensiva" na região, embora apenas como exercício de capacidade dissuatória, sem prever emprego efetivo de tais armamentos, pois a arma nuclear teria sido apenas uma "arma política" empregada pelo país na defesa de seus interesses na região[4].

A "estratégia total" sul-africana encontrou apoio de aliados como o então presidente dos EUA, Ronald Reagan, preocupado com a presença de bases soviéticas na região e de submarinos nucleares junto aos estreitos e passagens por onde circulavam suprimentos e matérias primas para o ocidente. Graças à sua posição geográfica, a África do Sul beneficiou-se de investimentos da OTAN para iniciar a implantação de modernos centros de observação de submarinos e de

vigilância de rotas marítimas. Uma das mais notáveis, instalada em Simonstown[5], na península do Cabo, centralizava as informações recolhidas pelas outras bases de vigilância na guerra eletrônica empreendida contra os soviéticos. Os especialistas sul-africanos eram capazes, graças a estes equipamentos, de calcular a posição e a rota dos navios a partir de boletins meteorológicos. Podiam igualmente identificar a natureza de suas cargas, graças a sofisticados sistemas de detecção. Assim, desde Moçambique a Angola, mais de 3 mil quilômetros de costas marítimas da região foram vigiadas pelos sul-africanos, dentro do apoio ocidental à "estratégia total" em oposição à URSS e seus países aliados da África Austral (BROONS e DUMONT, 1993, p. 126-7).

A desestabilização provocada pela África do Sul nos países da região resultou em mais de 1 milhão de mortes, no aumento da pobreza e subnutrição e na destruição de infra-estrutura, redes comerciais, escolas, etc. Em paralelo, foi a responsável pela formação da "linha de frente" e pela conseqüente unidade, desde os anos 70, dos países vizinhos. Foi a partir deste núcleo que surgiria a proposta para a constituição, em 1980/81, da *Southern Africa Development Coordinating Conference* - SAADC - transformada em *Southern African Development Community* (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – SADC), em 1992.

A África do Sul Pós-Apartheid e os Países Lusófonos

A adesão da África do Sul à SADC mostra a ênfase pró-regionalista do CNA, com declarações formais de intenções apontando para uma futura integração regional. Contudo, algumas contradições entre discurso e prática são observadas, particularmente no tocante ao nebuloso tema da segurança do país.

A SADC marcou o ano de 1995, chamando os países a remover o controle das fronteiras na região. Entretanto, o espectro das migrações incontroláveis para a África do Sul provocou uma reação emocionada do governo. Alguns dias depois do apelo da SADC, o Departamento do Interior anunciou que, entre julho e dezembro de 1994, havia repatriado 12 mil imigrantes ilegais. No início de 1995, um anúncio na imprensa informou que havia sido criado o primeiro comando negro para patrulhar as fronteiras e que este fato teria livrado o governo da União Nacional do embaraço de ter que ligar uma cerca elétrica para manter afastado os imigrantes (BOOTH e VALE, 1995, p. 286).

Este evento reforça a tese de que o problema da segurança não mudou, pois a segurança do Estado continua a predominar nos discursos oficiais, agora através de novos fatores como as migrações, guerras civis, drogas, etc. Segundo os analistas, a cultura estratégica sul-africana permanece muito arraigada ainda à mitologia africânder do *Laager* (fortaleza bôer contra os inimigos negros), base da doutrina aplicada durante o regime do *apartheid* contra os países da "linha de frente" (VALE e DANIEL, 1995, p. 85-7). Vinculada à idéia de auto-preservação e segurança, a permanência desta doutrina justificaria a relutância de setores governamentais em dissolver a indústria de armamentos Armscor, vista como necessária na defesa dos interesses nacionais na região.

Um outro problema ligado, ao processo de integração regional, refere-se ao comportamento dos países da região que relutam em submeter-se à hegemonia sul-africana, face às experiências trágicas do passado e mesmo do presente, a par das hesitações armamentistas dos militares sul-africanos. Isso põe problemas para a formulação de políticas comuns voltadas para a prevenção de conflitos na região.

Apesar de todas estas contradições e problemas, a integração regional continua sendo defendida por setores governamentais como o caminho do progresso e desenvolvimento econômico. Mesmo neste caso, a ênfase recai sobre a maneira de executá-la em conjunto e não sobre

bases mais concretas, levando em consideração as realidades nacionais de cada país membro. Para o Deputado do CNA, Dr. ROBERT DAVIES (1992, p. 12-5), a ênfase na integração é um dos paradigmas neo-liberais atrelado a um amplo movimento de privatizações, desregulamentação e desnacionalização, como panacéia para aumentar a competitividade. Neste caso, a criação de uma zona econômica na África Austral teria que levar em conta as desigualdades existentes entre a África do Sul (PNB três vezes maior do que a SADC junta) e os demais países. Esta característica dificultaria, por exemplo, o estabelecimento de projetos comuns de forma equilibrada. Segundo o seu raciocínio, os programas de cooperação seriam mais realistas porque poderiam contemplar os diferentes setores da sociedade, que evoluiriam para projetos mais fáceis de serem bem sucedidos em proveito de toda a região. Cita, a título de exemplo, a possibilidade de incremento das atividades manufatureiras da África do Sul para exportação, como forma de superar sua dependência das exportações de produtos primários. Ao mesmo tempo, os países da SADC poderiam se beneficiar do mercado sul-africano e venderem a ela energia hidrelétrica. Esta cooperação atingiria também os setores sindicais que poderiam se integrar em uma mesma pauta de negociações com vistas a normatizar as relações de trabalho.

De fato, segundo as próprias teorias econômicas, para que uma integração regional se realize, é preciso que a interdependência não seja demasiadamente assimétrica, de forma que as economias nacionais possam responder de forma dinâmica às demandas regionais. Isso coloca em primeiro plano a questão de integração interna de cada Estado, ou seja, níveis toleráveis de integração nacional de cada um dos países membros. Isso é particularmente pertinente no caso de Angola e Moçambique, dois casos específicos de relacionamento regional com a África do Sul (CAHEN, 1994, p. 261-66).

Moçambique, pela sua proximidade com o pólo sul-africano, sofreu mais diretamente o peso da vizinhança constituindo-se, desde o final do século passado, como zona de escoamento das regiões mineiras da África Austral (zona do Rand), graças a seus portos e a sua posição geográfica meridional. A organização interna de Moçambique, definida em termos de bandas zonais, de um certo modo orientou-se em função do sistema estradas de ferro-portos interligados às economias da Rodésia (atual Zimbabwe), Swazilândia, Malawi e África do Sul que visualizava a banda zonal do sul de Moçambique como prolongamento da frente pioneira bôer. Isso resultou também em benefícios internos com o desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais, graças aos aportes de capitais sul-africanos e portugueses (LACOSTE, 1995, p. 1.067).

Os portos de Moçambique, apesar de terem sido os melhores da África, foram com o tempo desarticulados em termos de eficiência e equipamentos. Construídos pelos portugueses, foram modernizados pelos sul-africanos após a independência e até 1977, quando o governo moçambicano fechou acordo com os soviéticos. Nesse contexto, o país também abrigou movimentos de guerrilha anti-apartheid que passaram a ser alvos de retaliações por parte do governo sul-africano que praticamente estrangulou o país ao financiar o movimento oposicionista RENAMO em ataques aos caminhos de ferro, portos, estradas e centros econômicos moçambicanos (BUTTS e THOMAS, 1986, p. 10-15).

O acordo de Nkomati com a África do Sul, em 1983, que previa restrições de apoio à RENAMO em troca da retirada de bases do CNA de Moçambique, significou também uma maior abertura do país para a entrada de investimentos sul-africanos, sobretudo para fins de reconstrução da infra-estrutura férreo-portuária, mas também para o desenvolvimento agrícola e aproveitamento dos recursos minerais de Moçambique. Com a situação política relativamente estabilizada na década de 90, Moçambique tende a orbitar rumo a um processo integrativo cujo papel

é novamente o de consolidar-se como corredor de exportação regional: ao sul, do rico Transvaal, e ao norte, da economia do Zimbabwe, desprovido de litoral e de portos.

Angola por sua vez, devido a sua posição geográfica, só se liga ao pólo sul-africano através da rede ferroviária de Benguela. Era uma economia que, no momento da independência, estava apta a se autonomizar em razão de seus recursos minerais (diamantes e petróleo), e que poderia manter relações com o exterior sem depender do sistema de estradas e portos sul-africanos. A sua posição de interface na zona de contato entre o ex-Zaire e a área de influência da África do Sul, envolveu o país em conflitos generalizados que acabaram por desestabilizá-lo completamente, no tocante ao seu sistema produtivo e a sua unidade política.

A aliança do país com os soviéticos, a presença de tropas cubanas e o seu apoio aos movimentos de guerrilhas contra a África do Sul, contribuiu para criar focos de guerra civil numa região extremamente estratégica para os interesses ocidentais e de seus aliados (Zaire e África do Sul), conhecida como "corredor central africano", devido aos valiosos recursos minerais ali existentes. O apoio destes países ao grupo de oposição, resultou em prejuízo de 7 bilhões de dólares até 1986, além da destruição de toda a infra-estrutura do país. Somente a estrada de ferro de Benguela, responsável pelo transporte de cobre e cobalto, teve uma perda anual de 100 milhões de dólares, desde o início da guerra civil no país.

Em novembro de 1994, o governo do MPLA e o grupo guerrilheiro UNITA assinaram um protocolo de paz em Lusaka, Zâmbia, iniciando um processo de pacificação do país após 19 anos de guerra civil. O fim do regime do *apartheid* e, mais recentemente, a queda do governo de Mobuto Sese Seko (que apoiava a UNITA) e o apoio do governo angolano para o líder rebelde e atual presidente da República Democrática do Congo, Laurent Kabila, criou expectativas de consolidação da unidade do país e retomada do desenvolvimento, mas os problemas políticos e econômicos do país ainda são difíceis de serem solucionados em decorrência da pauperização da população e da destruição da infra-estrutura produtiva.

Conclusão

Como conclusão, colocam-se dois pontos de reflexão em torno dos temas aqui analisados, relativos às relações intraregionais na África Austral.

O primeiro deles refere-se às questões nacionais em Angola e Moçambique face às premissas de integração regional. Estes países são exemplos distintos não só em relação aos processos integradores com a África do Sul, mas também como modelos de sociedade. Os projetos de construção nacional fundamentados nos ideais socialistas e na língua portuguesa, como elemento de ligação entre os diferentes grupos lingüísticos, tenderiam a princípio a se diluir na ausência de um projeto alternativo de unidade nacional (Cahen, 1994, p. 261-66). A reconstrução destes países é essencial para o desenvolvimento da região como um todo e Angola, em particular, requererá massivas injeções de capitais e tecnologia para recuperar seus consideráveis recursos econômicos.

Do ponto de vista político-cultural, a recente entrada de Moçambique no *Commonwealth*, vinculada à preservação das tradições britânicas, é um aspecto importante a ser relevado devido às suas implicações, já que isso ocorreu logo em seguida à adesão do país à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, criada em 1989, por iniciativa do Brasil e Portugal[6]. Na ótica do governo Moçambicano, pertencer às duas organizações é uma forma do país obter dividendos políticos e econômicos numa região predominantemente anglófila e, portanto, ligada a fluxos de investimentos ingleses e norte-americanos, ao mesmo tempo que possibilitaria uma participação mais efetiva em organizações internacionais (SPENCE, 1996, p. 18). A questão

que se coloca é saber de que forma a CPLP poderia contribuir para promover níveis de cooperação mais efetivos já que esta organização ainda não logrou se estruturar adequadamente para cumprir os objetivos a que se destinava.

O segundo ponto refere-se ao papel da África do Sul, enquanto modelo de sociedade e sua capacidade em promover o desenvolvimento equilibrado na região. A África do Sul, do ponto de vista geopolítico, é uma construção nacional permeada de conflitos político-identitários, cujo conceito de nação não é necessariamente convergente entre os diferentes grupos de sua população. Aliás, o único elemento convergente entre todos os grupos é o mito messiânico de redentora da África; pólo propulsor onde as clivagens internas tornam-se secundárias face a esta grande missão destinada ao país (LACOSTE, 1995, p. 63-74).

Entretanto, o modelo de desenvolvimento econômico do país, constituído de estradas de ferro, extração de recursos naturais e portos caracteriza-se, sobretudo, pelo seu caráter de extraversão, voltado para exportação (CAHEN,1994, p. 261-266). Isto acentua o papel centrífugo exercido pelo país junto à região, o que cria novos problemas para as frágeis unidades nacionais dos países vizinhos e para a própria integração regional de forma equilibrada, pois como integrar quando a maior parte do comércio exterior se faz para fora da região?

Notas

* Texto publicado inicialmente na Revista Africana, nº 19, abril de 1998, Universidade Portucalense, Porto, Portugal.

** Professor Adjunto da UERJ. Doutor em Geografia pela UFRJ.

1 O Governo da União Nacional refere-se a formação, logo após as eleições de 1994, de uma aliança entre as duas principais forças do pais: o Congresso Nacional Africano de Nelson Mandela e o Partido Nacional de Frederik De Klerk. O objetivo desta aliança era assegurar a transição política no país, até a elaboração de uma nova constituição democrática e não racial, o que ocorreria em maio de 1996.

2 A justificativa deste programa tinha, de início, um componente civil: produzir urânio enriquecido para as necessidades dos reatores e de produção de energia elétrica assim como para favorecer as exportações e valorizar os recursos naturais de urânio do país (DUVAL, 1994, p. 112-3). Mas suspeitas de testes nucleares no Deserto do Kalahari, em 1977, e o desenvolvimento de mísseis nucleares, em colaboração com Israel e Formosa (VIAUD, 1983, p. 84), geraram protestos dos países vizinhos em relação à utilização militar do programa nuclear sul-africano.

3 Um exemplo disso foi a revitalização do porto de East London graças ao comércio de cobre do antigo Zaire e de Zâmbia.

4 Em março de 1994 o então presidente Frederick De Klerk anunciou que o seu governo havia desmantelado, em 1991, sete bombas atômicas construídas pelo seu antecessor Pieter Botha e que o país aderiu, a partir deste ato, ao tratado de não-proliferação nuclear enquanto potência "não-nuclear" (DUVAL, 1994, p. 111).

5 A instalação da base naval de Silvermine em Simonstown remonta ao acordo estabelecido com a Grã-Bretanha, em 1955, que previa defesa marítima comum relacionada à proteção da Rota do Cabo. Neste acordo os britânicos se responsabilizaram em expandir a infra-estrutura portuária local, sob a condição de manter controle sobre a base. Os sul africanos, por sua vez, teriam como contrapartida acesso a armamentos e tecnologia militar do ocidente e, posteriormente, o próprio controle da base quando se expirou o acordo em 1975 (HENSHAW, 1995, p. 214-23).

6 Os objetivos gerais da CPLP, além de promoverem a defesa da língua portuguesa e o intercâmbio cultural, definem também o *locus* de interseção entre os blocos econômicos como Mercosul, União Européia, a SADC e a Comunidade dos Estados da África Ocidental (SARAIVA, 1996, p. 228).

Referências Bibliográficas

BOOTH, K.; VALE, P. Security in Southern Africa: After Apartheid, Beyond Realism. *International Affairs* 71-2, University of Warwick, 1995. p. 285-304.

BROONS, F.; DUMONT, S. L'Afrique du Sud et Son Environment Stratégique. *Revue Défense Nationale*, n° 12, Paris, Décembre de 1993. p. 125-141.

BUTTS, K.; THOMAS, P. *Geopolitics of Southern Africa:* South Africa as Regional Power. Boulder and London: Westview Press, 1986. p. 182.

CAHEN, Michel (org.). *Géopolitique des Mondes Lusophone.* Paris, L'Harmattan,1994. p. 330.

CARDOSO, Fernando Jorge. A África do Sul e a Metamorfose das Relações Regionais. *Estratégia* 10-11, Lisboa, 1993/94. p. 121-132.

CASTRO, Therezinha. *África:* Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981. p. 204

DAVIES, Robert. Integration or Co-operation in a Post-Apartheid Southern Africa. *Southern African Perspectives*, Working Paper Series. Centre for Southern African Studies, University of the Western Cape, 1992. p. 24.

DEPARTMENT OF FOREIGN AFFAIRS. *Speech of Minister Alfred Nzo*, DFA, March and May 1995. p. 15

DUVAL, Marcel. La dénucléarisation de l'Afrique du Sud: épiphénomène ou modele? *Revue Défense Nationale n° 4*, Paris, Avril 1994. p. 111-121.

HENSHAW, Peter. Naval Co-Operation in Southern Africa:1945-1995. In: MILLS, Greg (Org.) *Maritime Policy For Developing Nations*. Johannesburg: SAIIA, 1995. p.214-223.

LACOSTE, Yves (org.). *Diccionnaire de Géopolitique*. Paris: Flammarion, 1995. p. 1.699.

MANDELA, Nelson. South Africa's Future Foreign Policy. *Foreign Affairs*, vol. 73, n° 5, November-December, New York, 1993. p. 86-97.

MILLS, Greg. Changing the Guard: South Africa Foreign Policy into the 1990s. *African Insight*, vol. 20, n° 3, Johannesburg, 1994. p. 176-188.

SARAIVA, José Flavio Sombra. *O Lugar da África.* Brasilia, Ed. UNB, 1996. p. 280.

SOUTHAL, Roger. Regional Security: The "New Security" in Southern Africa: *Southern Africa Report*, Toronto, July 1995. p. 3-10.

SPENCE, J.E. South Africa and Brazil: Prospect for Co-Operation in Southern Africa. In: *Seminário Brasil-África do Sul*, Rio de Janeiro, 24-25 de setembro de 1996. p. 19.

VALE, Peter. Prisioner of the Past? The New South Africa Abroad. *Southern Africa Report*, Toronto, July, 1995. p. 25:38.

VALE, Peter; DANIEL, John. Regional Security in Southern Africa in the 1990s. *Review Transformation Quaterly*, n° 28, Johannesburg, 1995. p. 84-93.

VIAUD, Pierre. La Capacité et la Volonté Nucléaires du Nigeria. *Le Trimestre Stratégique*, Paris, 1993. p. 65-105.

ABSTRACT

The purpose of the present essay is to present and debate the current problems and contradictions in the management of South African foreign policy for the Southern African region, especially its implications for Angola and Mozambique, regarded as two specific case of regional relationship. The comments will, however, be merely general, the more particular internal political processes of these countries not being the object of discussion here.

KEYWORDS:

Foreign Policy, Geopolitic of Southern Africa, Lusophonia.